

A posição estratégica do Brasil na Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva norte-americana

João Claudio Faria Machado ^a

Resumo: A história do Brasil na Segunda Guerra Mundial possui fatos históricos complexos. Além da participação em solo estrangeiro por meio da Força Expedicionária, o Brasil foi envolto numa trama geopolítica regional: a Argentina aparentava ser uma ameaça no entorno estratégico brasileiro e os Estados Unidos (EUA) requeriam do Brasil o uso de bases no Nordeste. Sob estas perspectivas, este artigo pretendeu responder a seguinte questão-problema: qual era a perspectiva norte-americana sobre o Brasil para os mencionados fatos? Para isso, foi definido como objetivo geral examinar tais fatos históricos nos documentos contidos na coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Como resultado, concluímos que os norte-americanos reconheciam o Brasil como essencial para alcançar dois objetivos estratégicos. O primeiro, a contenção da ameaça representada pela Argentina e prevenindo o levante de revoluções político-militares inclinadas para o Eixo nos demais países da região. O segundo, a segurança do Atlântico Sul.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Geopolítica Norte-Americana; Brasil; Estratégia.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1930, a Itália, a Alemanha e o Japão iniciaram campanhas de expansão territorial de forma independente, mas que os levaram a firmar diversos acordos. Em 1936,

a Alemanha nazista de Adolf Hitler e a Itália fascista de Benito Mussolini firmaram um tratado de amizade no qual prometiam manter uma política externa comum (United States Holocaust Memorial Museum, 2023). No mês seguinte, a Alemanha e o

^a Advogado, mestre em Ciências Aeroespaciais.



Japão imperial de Hirohito assinaram o Pacto Anti-Komintern, ao qual a Itália se uniria em 1937, que previa assistência mútua para combater a Internacional Comunista. Em 1940, a Alemanha, a Itália e o Japão assinaram o Pacto Tripartite, no qual o Japão reconhecia a liderança da Alemanha e da Itália para o estabelecimento de uma nova ordem na Europa, e estes reconheciam o Japão para o estabelecimento de uma nova ordem na Ásia Oriental (ibid.).

Embora os declarados interesses de estabelecer uma nova ordem mundial referissem à Europa e Ásia Oriental, o teatro de operações da Segunda Guerra Mundial e as áreas de interesses e influências estratégicas foram globais. Em particular a esta pesquisa, a influência alemã foi um perigo real na América. Como comenta Arguelhes (2015, p. 76), de “1933 até 1939, o comércio entre a Alemanha e a América Latina, mais especificamente, Brasil e Argentina, cresceu progressivamente”. Pelo contexto

político, a ameaça de alinhamento de países da América Latina ao regime nazifascista era latente (Rodrigues, 2012), inclusive por meio de um levante de migrantes alemães na Argentina e no sul do Brasil, como uma quinta coluna (Losano, 2006).

A própria política externa pendular praticada pelo Presidente Getúlio Vargas flertava tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos (Cervo; Bueno, 2002). Essa equidistância pragmática, que garantiu incontestáveis ganhos ao país, contudo, preocupava os EUA “em termos não apenas econômicos, mas ideológicos e políticos”, como mencionado por Campos (2022).

Por isso, apesar do “profissionalismo, competência, coragem e conhecimento dos Países Aliados” com relação à Força Expedicionária Brasileira, como comentado por Santos (2019, p. 100), esta pesquisa pretendeu responder a seguinte questão-problema: qual era a perspectiva norte-americana sobre o Brasil com relação a ameaça que Argen-



tina aparentava ser e com relação ao uso de bases no nordeste brasileiro? Para isso, foi definido como objetivo geral examinar os documentos da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt (1933-1945).

A pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, pois foram utilizados livros e artigos para desenvolvimento da base histórica, e documentos oficiais constituídos por trocas de mensagens entre a Presidência e órgãos dos Estados Unidos para estabelecer a perspectiva americana. Possui natureza básica, objetivo exploratório e abordagem qualitativa, e foi desenvolvida em duas partes.

A primeira parte trata dos fatos que colocavam a Argentina como mais inclinada aos interesses do Eixo do que aos dos EUA. São apresentadas as posições que tomou na VIII Conferência Pan-Americana e na III Conferência dos Chanceleres Americanos, bem como sua possível influência no golpe política-militar na Bolívia, após a tomada do poder por

militares inclinados ao Eixo. Permeando os fatos, é apresentada a perspectiva norte-americana por meio de documentos oficiais.

Na segunda parte, trata da importância estratégica do Brasil para domínio do Atlântico Sul. Como elemento vital para o desdobramento da Segunda Guerra, são apresentados trechos de documentos oficiais norte-americanos que reconhecem o interesse estratégico em se ter o Brasil como aliado, mas demonstram possíveis reações caso o Brasil não definisse uma posição clara e inclinada aos interesses norte-americanos.

A AMEAÇA ARGENTINA

Em 1938, o mundo estava à beira de um conflito global. A Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler, começava a desmantelar o Tratado de Versalhes (tratado de paz assinado após a Primeira Guerra Mundial entre a Alemanha e a Tríplice Entente¹⁾ e



iniciar uma série de agressões territoriais (Silveira; Maciel, 2021). Em março, a Alemanha anexou a Áustria, num movimento conhecido como *Anschluss*, sem maiores comoções do mundo e dos próprios austríacos (Kissinger, 1999). Poucos meses depois, em setembro, o Acordo de Munique permitiu que a Alemanha ocupasse a região dos Sudetos na Tchecoslováquia, sob o pretexto de proteger a população de cidadania alemã (Migowski, 2021).

Diante da crescente militarização e a retórica agressiva do regime nazista, que criava um clima de tensão e incerteza no mundo, foi realizado em Lima, Peru, a VIII Conferência Pan-Americana. Esta conferência foi um marco nas relações interamericanas, especialmente no contexto da política de boa vizinhança – de conquista de relações sem o uso da força (Arguelhes, 2015) – promovida pelos Estados Unidos da América (EUA) (Brasil, 1994). Como Ferrer, Zhebit e Silva (2012, p. 553) comentam,

era “o momento apropriado para a criação de acordos e mecanismos capazes de impedir que os acontecimentos surgidos na Europa e Ásia pudessem interferir nas soberanias do continente americano”. A aprovada “Declaração de Lima” reafirmou à autodeterminação das nações da América, firmou um pacto de ajuda mútua entre elas (Brasil, 1994) e instituiu reuniões de consulta de chanceleres quando houvesse necessidade, apesar de, em um primeiro momento, a Argentina ter recusado o tratado (Lopes, 2008).

Existia à época uma desconfiança com a Argentina, que era vista como vacilante a um acordo com o Eixo. Há relatos de documentos interceptados no sul do Brasil acerca de uma conspiração nazista que pretendia fomentar uma rebelião, assumir o controle de áreas de populações imigrantes germânicas ou o livre agir de organizações nazistas visando a tomada do poder (McCann, 1995). Inclusive, em 1942, o Presidente Norte-Americano é cien-



tificado de uma troca de mensagens confidenciais entre o ministro das Finanças do Brasil e o presidente Getúlio Vargas em que são relatadas atividades dos “vizinhos do Sul” com agentes nazistas (EUA, 1945). É mencionado que na fronteira com o Brasil encontram-se força militar armada e equipada para campanha e que agentes da Gestapo, disfarçados de missionários, tentaram entrar em colônias alemãs em Santa Rosa, além de outros atos de espionagem no Brasil (ibid.).

Por ocasião do ataque japonês a Pearl Harbour, foi realizada no ano de 1942 a III Conferência dos Chanceleres Americanos (Arguelhes, 2015). Os EUA, já em guerra, propunham o rompimento de todas as repúblicas americanas com as potências do Eixo, privilegiando a unidade e harmonia panamericana (ibid.), mas o Brasil condicionava a assinatura a três premissas: que os americanos fornecessem armas e equipamentos mecanizados, garantia de proteção militar, caso

fosse necessária, e uma declaração final que a Argentina pudesse apoiar (Incaer, 1991).

No entanto, à época a Argentina, como comenta Arguelhes (2015, p. 86), “possuía uma política externa de contestação aos Estados Unidos, sendo o relacionamento entre ambos o maior problema da política externa argentina na época”. Houve oposição da Argentina e do Chile à proposta de rompimento com o Eixo, que foi contornada somente com a aprovação de uma recomendação de rompimento das relações (ibid.).

A posição adotada pela Argentina acarretou retaliações políticas e sanções econômicas lideradas pelos EUA contra a Argentina (ibid.), suspensas somente quando o governo argentino rompeu relações com o Eixo em 1944. Além disso, desconfianças foram levantadas contra a Argentina pelos países da América. A isso se soma a mobilização militar Argentina, com a criação de indústria bélica e produção de aviões, encampamento de em-



presas privadas estrangeiras e a tomada do poder por militares nacionalistas simpatizantes do totalitarismos nazifascista (Elíbio Júnior, 2011).

Em 1943, ocorreu na Bolívia um golpe político-militar liderado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário Boliviano e um grupo paramilitar autodenominado como “Razón de Pátria” (Pericás, 2004; Campolina, 2016). A queda do presidente Peñaranda, segundo mensagem do Departamento de Estado para o presidente Norte-Americano, produziu ansiedade nos demais países sul-americanos, pois acreditavam que isso ocorreu sob simpatia e suporte do governo argentino (EUA, 1945). Esse apoio provocava o temor de que outras revoluções fossem encorajadas e desestabilizassem a região.

Tanto o golpe político-militar na Bolívia como a preocupação dos países sul-americanos como a possibilidade de revoluções incitadas por agentes externos eram vistos pelos

norte-americanos como fragilizações ao esforço de guerra e ao estabelecimento de uma política de boa vizinhança com os países ao sul. Como medida de solução, propõem um efeito psicológico a ser causado com o envio de armas e equipamentos militares ao Brasil (ibid., p. 65):

A recente revolução na Bolívia gerou profunda ansiedade entre os outros países sul-americanos devido à crença de que ela tinha a simpatia e o apoio do governo argentino. Eles temem que a Argentina possa ter planos de incentivar revoluções semelhantes em outros lugares.

Compartilho dessa preocupação e acredito que devemos tomar todas as medidas adequadas e eficazes para apoiar esses países, alguns dos quais declararam guerra e outros romperam relações com o Eixo. A Política de Boa Vizinhança e nosso esforço de guerra podem ser seriamente comprometidos de outra forma.

Um passo que teria um efeito psicológico muito saudável seria fornecer ao Brasil certos



armamentos e equipamentos adicionais.

No Brasil, isso mostraria ao governo e ao povo que estamos apoiando-os de maneira realista e permitiria que o Brasil avançasse com sua preparação para enviar uma força expedicionária ao exterior.

O efeito nos países vizinhos seria salutar. Em particular, Paraguai e Uruguai, ambos fazendo fronteira com Argentina e Brasil, se sentiriam tranquilizados.

A atual gangue militar no controle da Argentina entenderia imediatamente o significado dessa ação. [Tradução nossa]²

Em resposta ao Departamento de Estado, o presidente Franklin D. Roosevelt, informou estar preocupado não apenas com o envolvimento da Argentina no golpe político-militar na Bolívia, mas com a extensão que a trama se desenvolvia na América do Sul. Por estas razões, endossava a sugestão de fortalecer o Brasil (*ibid.*, p. 68):

Durante os últimos dois ou três dias, tive várias conver-

sas a respeito da Argentina, Bolívia e países vizinhos que me deixaram mais preocupado com o futuro. Ainda não está provado no sentido de termos evidências documentais completas, mas acredito que a conspiração é mais ampla do que a maioria das pessoas acredita; que tem ramificações diretas no Paraguai e que muito trabalho preliminar foi feito no Uruguai, Chile e Peru.

Portanto, estou plenamente de acordo com a ideia de que essa tendência deve ser interrompida desde o início e que devemos proceder com a Argentina de maneira firme.

Ao mesmo tempo, acho essencial que façamos um movimento imediato para fortalecer o Brasil. Isso deve incluir armas e munições americanas e possivelmente mais instrutores do Exército, de modo a dar ao Brasil uma força de combate eficaz perto da fronteira argentina, como duas ou três divisões de regimentos motorizados.

Além disso, estou inclinado a pensar que devemos permitir que o Brasil tenha alguns navios de carga do programa *Lend-Lease*³ para substituir os muitos navios brasileiros que foram afundados.



Seria possível seguir um de dois cursos - ou anunciar tudo publicamente, ou deixar vazar - o que ocorreria em muito pouco tempo. [Tradução nossa]⁴

Ato seguinte a estas conversas o presidente Roosevelt foi informado que o Departamento de Guerra decidiu pela construção de dois aeroportos no sul do Brasil, em Florianópolis e Porto Alegre, e que foi aprovado o envio para o Brasil de um pacote de materiais militares (EUA, 1945). Foi autorizado o envio de tanques leves e pesados, carros blindados, armas de variados tipos e calibres, e aviões de treinamento (ibid.). Entretanto, isto não bastou para acalmar o receio brasileiro com sua proteção em eventual conflito.

Em abril de 1944, o Departamento de Estado (ibid.) informou ao presidente americano sobre o andamento da negociação com o Brasil para utilização militar das bases aéreas após o fim da Grande Guerra. Foi informado que o Presidente Vargas

aparenta estar pronto para conceder permissão de uso desde que benefícios análogos fossem providos ao Brasil, ou seja, solicitou, conforme relatado: “1) uma garantia contínua de assistência ao Brasil em caso de ataque não apenas por uma potência extra-continental, mas por qualquer outro país deste hemisfério e 2) um fluxo contínuo de armamento para o Brasil” (ibid., p. 78).

Ainda de acordo com o informe, foi reconhecido que ambos os pedidos são direcionados contra um “inimigo potencial, a Argentina”, e decorreriam, nas palavras do presidente brasileiro, do fato de que, ao ajudar os Estados Unidos, houve um agravamento das tensões com a Argentina. Se conceder o uso militar das bases aéreas colaborava para tornar os Estados Unidos mais seguros, seria necessário que os Estados Unidos ajudassem a também tornar o Brasil seguro (ibid.).

Por fim, foi realizado um acordo secreto no âmbito governo-governo, entre o Brasil e os



EUA, para conservação e manutenção dos aeroportos estratégicos para defesa continental, sem estabelecimento de militares estrangeiros em território brasileiro. Não consta, entretanto, dispositivo, mas somente um “considerando” preambular, de defesa mútua de segurança e defesa de território (ibid., p. 123).

O DOMÍNIO DO ATLÂNTICO

Durante o Estado Novo (1937-1945)⁵, antes da participação brasileira na II Guerra Mundial, o Presidente Getúlio Vargas adotou uma política externa pendular, estabelecendo relações tanto com os Estados Unidos, França e Inglaterra quanto com a Alemanha, que, em 1936, tornou-se a maior parceira comercial do Brasil (Campos, 2022). Essa política pendular era também denominada como equidistância pragmática. Como exemplo, Vargas enaltecia regimes totalitários em discursos

públicos com o fim de forçar investimentos americanos ao país (Cervo; Bueno, 2002). Embora historiadores como Cervo e Bueno (2002) argumentem que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tenha ocorrido mais por vontade própria do que por solicitação dos Estados Unidos, não deixa de ser notável que os norte-americanos pressionavam o país a definir uma posição na guerra, dada sua importante posição geográfica.

A localização geográfica do Brasil numa Guerra Global, cujo teatro de operações desenrolava na Europa e no norte da África, era de grande importância. No estreito que separa o Atlântico Sul do Atlântico Norte, conhecido como a linha Natal-Dakar, passava todo o tráfego marítimo vindo do Sul, ou seja, da América do Sul, África, Índias ou do Pacífico, além de ser uma alternativa a um eventual bloqueio do canal de Suez ou do Panamá (Incaer, 1991). Por essa região passavam as rotas marítimas de suprimentos dos Aliados, sendo também



uma importante rota aérea para a África, que ao norte estava ocupada pelo Eixo (ibid.).

Por isso, se o Brasil aderisse ao Eixo estaria criada uma área de vulnerabilidade para ataques ao Canal do Panamá e estrangulamento da linha de suprimentos por meios navais e aéreos para os EUA, Europa e África (Ferraz, 2005). Em termos estratégicos, os planejadores de guerra dos EUA consideravam o Brasil como elemento vital para os Estados Unidos travarem uma guerra em escala global, como assim comentado por Gannon (1999, n.p.):

[...]. Os aeroportos nas cidades portuárias de Natal e Recife estavam a menos de 1.750 milhas náuticas de Freetown, em Serra Leoa, na África Ocidental, permitindo que as aeronaves de longo alcance do Comando de Transporte Aéreo do Exército dos EUA, a partir dessas pistas de pouso, cruzassem o Estreito do Atlântico e entregassem material de alta prioridade, pessoal e as próprias aeronaves para o Norte da África, o Oriente Médio, a Índia, a Bir-

mânia, a China e, mais imediatamente, para as forças sitiadas do General Douglas MacArthur que lutavam nas Filipinas. [Tradução nossa]⁶

No mesmo sentido dos interesses estratégicos estabelecidos pelos planejadores da guerra dos EUA, Alves (2005) compreende como de justificativa do interesse o “controle de bases no Nordeste brasileiro, vitais para a defesa hemisférica e do Atlântico Sul e, posteriormente, para a própria projeção de poder norte-americana e auxílio, por via aérea, aos aliados lutando na África do Norte, Europa e Extremo oriente”. Entretanto, esses interesses estratégicos estavam sob a política pendular do Presidente Vargas, que para os EUA era problemática por dois motivos: por ser uma ditadura com características fascistas e por inclinarem perigosamente para o Eixo (Gannon, 1999).

Essa inclinação oposta era tão perigosa aos interesses estratégicos dos norte-americanos que levou ao desenvolvimento de



um plano conjunto do Exército e da Marinha para ocupação do nordeste brasileiro, conhecido como Plano da Borracha (“*Rubber Plan*”), que seria a alternativa caso as negociações diplomáticas com o Brasil falhassem (ibid.). No campo diplomático, em 1938 foi nomeado como ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, que, como mencionado por Oliveira (2015, p. 2), era “um ponto de equilíbrio o qual não deixava o governo pender demais para a extrema-direita” e o principal responsável pelas boas relações com os EUA (McCann, 1995). Sendo a face panamericana do governo Vargas, Aranha concedeu ao presidente uma margem de manobra para negociar com ambas as partes do conflito (Arguelhes, 2015).

O papel desempenhado por Aranha foi essencial para garantir as boas relações com os EUA. A troca de mensagens de departamentos americanos com a embaixada americana no Brasil rendia elogios e agradecimentos ao ministro brasileiro pela constan-

te troca de informações (EUA, 1945). Pediam, por isso, que chegasse à Aranha a manifestação americana de que não havia outro governo, em lugar nenhum, com o qual o governo americano se considerasse em termos mais íntimos de confiança e segurança do que com o Brasil. Esse aparente voto de confiança, contudo, contrastava com a política externa brasileira e com dura forma com que expunham seus interesses inalienáveis com relação à proteção do oceano Atlântico (ibid., p. 7):

Acho, no entanto, que você deve declarar a Aranha que, em nosso julgamento ponderado, o Governo Alemão e seus aliados nunca poderão alcançar a vitória enquanto não obtiverem o domínio dos mares, e particularmente do Atlântico. Os Estados Unidos nunca permitirão que o controle dos mares, e especialmente do Atlântico, passe para as mãos de potências que estão claramente empenhadas unicamente na conquista e dominação mundial e que têm como seu principal obje-



tivo a escravização de todos os povos livres, incluindo as vinte e uma nações americanas. Este é um princípio fundamental em nossa política atual, pois o consideramos o requisito primordial para garantir a defesa e a segurança dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental. [Tradução nossa]⁷

Além disso, ainda é pedido que o presidente Vargas fosse confidencialmente comunicado de que estavam deslocando parte da frota naval do oceano Pacífico para o Atlântico a fim de garantir os interesses dos EUA e de seus vizinhos (ibid.). Diante destas manifestações e ações, o presidente Vargas comunicou ao diplomata americano no Brasil estar inteiramente de acordo com os EUA, reiterando os compromissos assumidos e afirmando que os EUA podiam contar com o Brasil (ibid.).

No entanto, a política pendular continuava a ser exercida pelo governo Brasileiro. Embora manifestasse apoio, a questão do uso das bases navais e aéreas no

Nordeste ainda não havia sido autorizadas. A ameaça Argentina passou a ser utilizada como uma questão que demandaria recursos materiais norte-americanos para a decisão do Brasil. Nesse sentido, o Subsecretário de Estado americano informa ao presidente Roosevelt que um apoio americano ao Brasil facilitaria obter autorização de uso das bases (ibid., p. 15):

O cerne do problema é fornecer aos brasileiros imediatamente evidências concretas de que vamos fornecer-lhes a quantidade mínima de armas que necessitam em sua situação atual. Uma vez feito isso, se exercermos tato ao pedir o que precisamos no nordeste do Brasil, acho que podemos obter o que necessitamos. [Tradução nossa]⁸

Os EUA sempre foram recalcitrantes com o fornecimento de armas para o Brasil em razão dos flertes que o governo fazia à Alemanha. O receio era de que as armas pudessem ser utilizadas contra os interesses norte-



americanos. No entanto, as cessões conseguidas em âmbito diplomático levaram à assinatura do Acordo de Defesa Brasileiro-Americano, assinado em maio de 1942, em que estabelecia que Brasil e Estados Unidos colaborariam na preparação de medidas de defesa a serem executadas pelas forças armadas brasileiras com apoio das forças armadas americanas para instrução e treinamento (ibid.).

Com a guinada aos Aliados, embarcações brasileiras começaram a ser visados pelo Eixo e a sofrer reiterados ataques alemães. Em resposta, no dia 22 de agosto de 1942, o governo do Brasil, presidido por Getúlio Vargas, declarou guerra ao Eixo, encerrando a política externa de equidistância pragmática. No teatro de operações de garantia do Atlântico Sul, o recém-criado Ministério da Aeronáutica, fundado em 20 de janeiro de 1941, por meio da Força Aérea Brasileira, foi encarregado de realizar patrulhas marítimas para identificar e neutralizar ameaças aos

interesses nacionais no oceano (Incaer, 1991), e a Marinha Brasileira teve como missão realizar patrulha costeira e oceânica, e escolta de comboios de navios, garantindo, assim, as rotas militares de interesse estratégico para a causa Aliada.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretendeu examinar a perspectiva norte-americana em relação à posição estratégica do Brasil para a Segunda Guerra Mundial ao responder a seguinte questão-problema: qual era a perspectiva norte-americana sobre o Brasil com relação a ameaça que Argentina aparentava ser e com relação ao uso de bases no nordeste brasileiro? Com um recorte temporal que envolve o período compreendido entre 1937 e 1942, portanto, antes e durante a guerra, foi possível revelar a complexidade das relações geopolíticas e os objetivos estratégicos norte-americanos na região.



A análise da história da Argentina como uma ameaça no entorno estratégico brasileiro e do Brasil como de vital importância para controle do Oceano Atlântico, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, juntamente com os documentos da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt, permitiu compreender como os Estados Unidos consideravam o Brasil como um aliado crucial para a segurança continental da América e para o controle do Atlântico Sul.

A VIII Conferência Pan-Americana realizada no ano de 1938, em Lima, foi um ponto de inflexão nas relações interamericanas, com destacada importância para a política de boa vizinhança promovida pelos Estados Unidos. A desconfiança com a Argentina, vista como vacilante em relação ao Eixo, aumentou a necessidade de uma sólida aliança com o Brasil. A troca de mensagens diplomáticas entre os líderes brasileiros e americanos evidenciou a preocupação com a segurança regional e a necessi-

dade de apoio por meio da cessão de material militar.

A tomada do poder por militares nacionalistas simpatizantes do totalitarismos nazifascista na Argentina e o golpe político-militar na Bolívia contribuíram para que os Estados Unidos fortalecessem a posição brasileira. As ações tomadas, como envio de armas e equipamentos, construção de aeroportos estratégicos e a assinatura de acordos de defesa com o Brasil podem ser vistos não apenas como o compromisso com a segurança do aliado na América do Sul, mas, sobretudo, como um meio de obter uma estabilidade regional que permitisse a concentração de esforços e operações militares para além do continente.

Os documentos da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt revelam, também, uma complexa diplomacia que era exercida em torno da ameaça argentina, a política externa pendular brasileira e o domínio do Atlântico. Embora a política da boa-vizinhança vigesse e existis-



se um interesse estratégico no Brasil, os Estados Unidos expressavam seus limites, deixando a consequência subentendida. Manifestaram (EUA, 1945) que não permitiriam nunca o domínio do Atlântico pelo Eixo e, indiretamente, demonstraram que haveria consequências militares contra ações contrárias, noticiando que estavam deslocando parte da frota naval do oceano Pacífico para o Atlântico (ibid.). Além disso, o plano confidencial de invasão do nordeste brasileiro demonstra que os EUA estavam preparado caso a equidistância pragmática brasileira pendesse de fato para o eixo.

A III Conferência dos Chanceleres Americanos, em 1942, e a subsequente declaração de guerra do Brasil ao Eixo, por sua vez, marcaram a guinada definitiva do país para o lado dos Aliados. A política externa pendular do presidente Getúlio Vargas, cuja margem de manobra era foi facilitada por Oswaldo Aranha, foi substituída por um alinhamento estratégico com os Estados Unidos. A

participação da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil nas patrulhas e escoltas de comboios foram fundamentais para garantir as rotas de suprimentos e a segurança do Atlântico Sul. A colaboração entre Brasil e Estados Unidos fortaleceu a posição estratégica dos Aliados e contribuiu para o esforço de guerra global.

Por meio desta pesquisa, portanto, foi possível concluir sobre a importância essencial do Brasil na Segunda Guerra Mundial em dois aspectos fundamentais. Primeiro, no que tange à garantia da paz e da segurança na América do Sul, o Brasil desempenhou um papel crucial na contenção da ameaça representada pela Argentina e na prevenção do levante de revoluções político-militares inclinadas para o Eixo nos demais países da região. Em segundo lugar, no que se refere à segurança do Atlântico Sul, o Brasil foi vital para assegurar a continuidade do tráfego marítimo vindo do hemisfério sul, oferecendo uma via alterna-



tiva a um eventual bloqueio do canal de Suez ou do Panamá e garantindo as rotas de suprimentos dos Aliados, contribuindo significativamente para o esforço de guerra global.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, V. C. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, 2005.

ARGUELHES, D. O. A III conferência dos chanceleres americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, n. 14, 2015.

CAMPOLINA, C. I. A. C. Construção da “Peronização” na Argentina: da Secretaria do Trabalho e Provisão à Presidência da República. *História Revista*, v. 21, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/41799>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CAMPOS, F. Q. A Historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização. *Revista faces de Clio*, v. 8, n. 16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/38912>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CARNEIRO, M. L. T. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002

ELÍBIO JÚNIOR, A. M. Rumo ao conflito? Brasil e Argentina no contexto da II Guerra Mundial. 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. *Proceedings online*. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=MSC0000000122011000100025&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 27 ago. 2024.



EUA. Franklin D. Roosevelt Library. *President's Secretary's File* (Franklin D. Roosevelt Administration). New York, 1945. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/16618324>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FERRAZ, F. C. A. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERRER, J. L. P.; ZHEBIT, A.; SILVA, F. C. T. Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942). *Revista Diálogos*, v. 16, n. 2, 2012.

GANNON, M. Invade Brazil?!. *Proceedings*, U.S. Naval Institute, v. 125, n. 10, 1999. Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/1999/october/invade-brazil>. Acesso em: 25 ago. 2024.

INCAER. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *História geral da aeronáutica brasileira*. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

LOPES, R. *Missão no Reich: Glória e Covardia dos Diplomatas Latino-Americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

LOSANO, M. G. A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil. *Cultura*, v. 22, n. 1, 2006.

MAZUREK, J. A grande guerra do homem branco. *Revista história: debates e tendências*, v. 14, n. 2, 2014.

MCCANN, F. D. Jr. *Aliança Brasil Estados Unidos – 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/4571>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944

KISSINGER, H. *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1999.

MIGOWSKI, E. S. A diplomacia do apocalipse: o acordo de Munique, o pacto nazi-soviético e as origens da segunda guerra mundial.



Revista da Escola Superior de Guerra, v. 36, n. 78, 2021.

OLIVEIRA, J. C. S. Oswaldo Aranha e a política externa brasileira: o papel da diplomacia em tempo de crise mundial (1938-1944). *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: Associação Nacional de História, 2015.

PERICÁS, L. B. Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. *Lutas Sociais*, n. 3, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18988>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RODRIGUES, F. S. O posicionamento militar brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: aproximação com a Alemanha e alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 54, 2012. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/237/212>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTOS, J. M. P. A Historicidade da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Revista Digital Simonsen, n. 10, mai. 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em: 25 ago. 2024.

SILVEIRA, J. R. F.; MACIEL, G. H. G. Munique (1938) e as trombetas do apocalipse anunciam a II Guerra Mundial. *Revista Latino-Americana de Relações Internacionais: campos neutrais*, v. 3, n. 3, 2021.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Principais Alianças Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945)*, 2023. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/axis-powers-in-world-war-ii>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹ Aliança militar entre França, Reino Unido e Império Russo (Mazurek, 2014).

² No original: “*The recent revolution in Bolivia has produced deep anxiety among the other South American countries because of their belief that it had the sympathy and support of the Argentine Government. They are fearful that Argentina may have plans to encourage similar revolutions elsewhere. I share this concern and believe*



that we should take all proper and effective steps to support these countries, some of which have declared war and others broken relations with the Axis. The Good Neighbor Policy and our war effort might be seriously jeopardized otherwise. A step that would have a most healthy psychological effect would be to provide Brazil with certain additional arms and equipment. In Brazil, it would show the Government and people that we are standing behind them in a realistic way and would permit Brazil to move forward with its preparation to send an overseas expeditionary force. The effect in neighboring countries would be salutary. In particular, Paraguay and Uruguay, both of which border on both Argentina and Brazil, would feel reassured. The present military gang in control of Argentina would understand at once the import of this action”.

³ A aprovação do programa Lend-Lease significa a possibilidade de fornecimento de material militar norte-americano.

⁴ No original: “During the last two or three days, I have had several conversations in regard to Argentina, Bolivia and neighbors which make me more disturbed in regard to the future. It is not yet proved in the sense that we have full documentary evidence, but I believe that the plot is more wide-

spread than most people believe; that it has direct ramifications in Paraguay and that a great deal of preliminary work has been done in Uruguay, Chile, and Peru.

Therefore, I am in heart accord with the thought that this trend should be nipped in the bud and that we should proceed with the Argentine in strong ways.

At the same time, I think it is essential that we make a move at once to build up the strength of Brazil. This should cover American arms and munitions and possibly more Army instructors, so as to give Brazil an effective fighting force near the Argentine border such as two or three divisions of motorized regiments.

Furthermore, I am inclined to think that we should let Brazil have some Lend-Lease cargo ships to take the place of the many Brazilian ships which have been sunk.

It would be possible to pursue one of two courses - either announce the whole thing publicly, or let it leak out - which would occur in a very short time.”

⁵ Ditadura instaurada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 e que vigorou até 29 de outubro de 1945 (Carneiro, 1999).

⁶ No original: “Airports at the port cities of Natal and Recife were fewer



than 1,750 nautical miles from Freetown, Sierra Leone, in West Africa, enabling long-range U.S. Army Air Corps Ferry Command aircraft from those airstrips to cross the Atlantic Narrows and deliver high-priority materiel, personnel, and the aircraft themselves to North Africa, the Middle East, India, Burma, China, and, most immediately, to General Douglas MacArthur's beleaguered forces fighting in the Philippines".

⁷ No original: "I think, however, that you should state to Aranha that in our considered judgment the German Government and its allies can never achieve victory so long as they do not obtain mastery of the seas, and particularly of the Atlantic. The United States will never permit the passage of the control of the seas, and particularly the Atlantic, into the hands of powers which are clearly bent solely on world conquest and world domination and which have as their major objective the enslavement of all free peoples, including the twenty-one American nations. This is a fundamental principle in our present policy since we regard it as the prime requisite for the insurance of the defense and security of the United States and of the Western Hemisphere".

⁸ No original: "The crux of the problem is to give the Brazilians immediately concrete evidence that we are going

to furnish them with the minimum amount of arms they require in their present situation. Once that is done, if we exercise tact in asking for what we need in northeastern Brazil, I think we can obtain our needs".